

Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito – Escola do  
Porto



## **Programa Sweetie: Aspetos Legais**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de  
Mestre em Direito Criminal

Orientação: Professor Doutor Damião da Cunha

Carla Filipa Cardoso Oliveira

Porto, 2018



Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Direito – Escola do Porto

## **Programa Sweetie: Aspetos Legais**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de

Mestre em Direito Criminal

Orientação: Professor Doutor Damião da Cunha

Carla Filipa Cardoso Oliveira

Porto, 2018

*“Eis como todos esses juízos que se fazem sobre as aparências externas são enormemente incertos e duvidosos”.*

Michel de Montaigne, *in* 'Ensaaios'

## **Agradecimentos**

Agradeço ao Sr. Prof. Doutor Damião Cunha pela amabilidade em ter aceitado ser meu orientador, por toda a ajuda, disponibilidade e atenção.

Agradeço aos meus pais pelo apoio, confiança, pelo suporte e principalmente pelo sistema de valores que me inculcaram.

Um agradecimento do fundo do coração à minha irmã pelo amor incondicional, por ter sido sempre uma inspiração, por me ter acompanhado no meu caminho e pela constante preocupação.

Às minhas sobrinhas um enorme obrigada por me terem dado tantas alegrias, sorrisos e energia de que tanto precisei.

Agradeço à Victória e à minha prima Daniela pelo apoio, sinceridade e por terem fé em mim.

Deixo, igualmente, uma palavra de agradecimento à minha avó materna pelo orgulho que tem nos seus netos e ao meu avô materno que, mesmo longe, ajudou-me e encaminhou-me em todas as etapas da minha vida.

Agradeço à Elsa Durães pela amizade, pelas palavras, pela ajuda e, principalmente, pelos bons momentos que a memória não apaga.

Aos meus tios Abel e Cidália agradeço pelo carinho, pela preocupação e pelas palavras de incentivo.

Agradeço a todos os meus amigos por todo o apoio e pela amizade. Fica um agradecimento especial ao Ruben, à Bárbara, à Doina e ao Ricardo, por nunca duvidarem, pela ajuda e pela boa energia que sempre me transmitiram.

## **Resumo**

Constitui objeto de estudo da presente dissertação a análise dos aspetos legais do programa Sweetie, nomeadamente da questão sobre a punibilidade dos agentes que contactam com o programa, do tipo de crime que poderá estar em causa, da figura da tentativa e da questão das proibições de prova.

O programa Sweetie é muito pouco divulgado e conhecido em Portugal, mas, ainda assim, suscitou-nos imenso interesse e curiosidade, desde logo, pela sua finalidade. Este programa visa prevenir e combater um novo fenómeno, o Webcam Child Sex Tourism, utilizando, para o efeito, uma menor virtual que tem como fim encontrar eventuais ou potenciais agressores.

O estudo a que nos propomos visa encontrar resposta para alguns problemas substantivos que o programa pode levantar, fazendo também um breve estudo das questões de proibição de prova.

A exposição argumentativa vai no sentido de apurar a legitimidade do programa Sweetie no nosso ordenamento jurídico, uma vez que estamos perante crimes praticados na Internet contra a autodeterminação sexual do menor e os mecanismos existentes para combater este fenómeno são escassos.

**Palavras-chave:** Sweetie, menor virtual, Internet, webcam, bem-jurídico, tentativa impossível, ações encobertas.

## Índice:

Introdução.....	1
1. Terre des Hommes.....	3
2. Webcam Child Sex Tourism.....	4
3. Sweetie.....	6
3.1 Sweetie 1.0.....	6
3.2 Sweetie 2.0.....	7
3.2.1 Chatbot com inteligência artificial.....	8
3.2.2.1 Imagens Tridimensionais.....	8
3.2.2.2 Cyber Agent Technology.....	8
4. Direito criminal substantivo.....	9
4.1 Criminalização de práticas sexuais com menores através da webcam.....	9
4.2 Tipos legais relevantes para o programa Sweetie.....	11
4.2.1 Abuso Sexual de menores.....	11
4.2.2 Infrações penais relativas à prostituição de menores.....	13
4.2.3 Infrações penais relativas à pornografia infantil.....	14
4.2.4 Pornografia virtual de menores.....	15
4.2.5 Ofensas relativas à participação de crianças em espetáculos pornográficos.....	16
4.2.6 Corrupção de menores.....	17
4.2.7 Aliciamento online de crianças para fins sexuais (Grooming).....	17
4.3 Relevância da presença física.....	17
4.3.1 Espanha.....	18
4.3.2 Países Baixos.....	18
4.3.3 Canadá.....	18
4.3.4 Portugal.....	18
4.4 Características do programa Sweetie e o Direito Substantivo.....	19
5. Tentativa.....	21
5.1 Tentativa possível e a tentativa impossível.....	23
5.2 Tentativa impossível .....	24
5.2.1 Tentativa impossível por idoneidade do meio e por inexistência do objeto.....	24
5.2.2 Tentativa impossível e tentativa irreal.....	25

5.2.3 Tentativa absolutamente impossível e tentativa relativamente impossível.....	25
5.3 Punibilidade da tentativa no programa Sweetie .....	26
6. Sweetie como método de investigação.....	27
7. Métodos proibidos de prova.....	27
7.1 Agente Provocador e Agente Infiltrado.....	28
7.2 Ações Encobertas.....	29
8. Sentenças proferidas no âmbito do programa.....	30
8.1 Brisbane District Court - Scott Robert.....	30
8.2 Bélgica.....	31
8.3 Dinamarca.....	31
8.4 Inglaterra.....	31
8.5 Holanda.....	32
9. Ac. STJ n.º 1287/08.6JDLSB.L1.S1.....	32
9.1. Análise crítica ao Ac. STJ n.º 1287/08.6JDLSB.L1.S1.....	34
Conclusão.....	36
Bibliografia.....	38



## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

Ac. – Acórdão

Al.<sup>a</sup> – Alínea

Art. – Artigo

Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças Contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais - Convenção de Lanzarote

CP – Código Penal Português

CRP – Constituição da República Portuguesa

Convenção Europeia dos Direitos do Homem - CEDH

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

MSN - Messenger

NCCAN - National Center on Child Abuse and Neglect

ONG – Organização não governamental

OPC – Orgão de Polícia Criminal

P. - Página

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TdH – Terre des Hommes

WCST – webcam Child Sex Tourism

## **Introdução**

É nosso intuito, com a presente dissertação, analisar o programa Sweetie, no sentido de desenvolver um espírito crítico relativamente aos problemas de punibilidade de crimes cometidos através das novas tecnologias digitais, nomeadamente, através da Internet.

Com a Internet presente no nosso quotidiano, existe um risco acrescido na segurança e no bem-estar das pessoas e, particularmente, dos menores, na medida em que a Internet permite o anonimato dos seus utilizadores e um acesso fácil a potenciais vítimas.

Nesta senda, propomo-nos, primeiramente, fazer uma descrição e uma contextualização do programa Sweetie, que visa combater, e ao mesmo tempo consciencializar os ciber utilizadores para um novo fenómeno que apareceu com a internet, denominado “webcam child sex tourism”.

Na sequência deste programa, foram já detetadas situações e, consequentemente, reunidas informações de pessoas que solicitaram atividades sexuais a menores através de uma webcam.

Sendo webcam child sex tourism um novo fenómeno, propomo-nos analisar os seus aspetos legais, designadamente as disposições legais penais previstas nas leis internas e internacionais que possam ser aplicadas às condutas dos agentes levadas a cabo no âmbito do programa Sweetie, partindo, desde logo, da Convenção de Lanzarote. Desta forma, e em face das especificidades do programa, propomo-nos analisar a importância da presença física da vítima para a punibilidade da conduta, bem assim como estudar e problematizar o facto de não estarmos perante uma criança real mas antes uma personagem virtual, a Sweetie, que nunca se exhibe despida nem adopta qualquer comportamento sexual em frente à Webcam, circunstâncias estas que podem ser relevantes na consumação de determinados tipos legais, como seja o da pornografia infantil virtual.

Atendendo a que a Sweetie consiste num programa digital, pode levantar-se, ainda, a questão de saber se há aqui a verificação de uma conduta criminosa do agente desde logo pela falta de objeto/bem jurídico a tutelar, pois não estamos na presença de uma menor real. Nesta perspectiva, iremos abordar e analisar a tentativa, mais especificamente a tentativa impossível, com o propósito de saber se a conduta do agente que comunica com a Sweetie pode ser integrada, em última análise, na figura da tentativa.

Acresce que, o programa Sweetie é um método de investigação novo, não existindo nenhuma base de comparação com nenhum outro, pelo que, por esse motivo, propomo-nos estudar a forma como o mesmo deverá ser caracterizado, desde logo, para que possa ser

considerado meio de obtenção de prova válido no nosso sistema jurídico, chamando-se à colação, neste particular, a figura do agente provocador e do agente infiltrado. Chegando-se à conclusão de que não podem as entidades policiais utilizar este programa, analisaremos a Sweetie na perspectiva de um mecanismo de prevenção criminal por entidades privadas.

A título de conclusão, iremos abordar e analisar algumas decisões condenatórias que recaíram sobre factos conhecidos e apurados através deste programa, bem assim como um acórdão proferido pelo STJ relativo a crimes que o programa Sweetie visa prevenir.

## 1. *Terre des Hommes*

*Terre des Hommes* é uma organização não governamental com sede na Holanda, que tem como objetivo prevenir a exploração infantil, bem assim como, retirar e apoiar, sempre que possível, as crianças que estão a ser vítimas de exploração, criando condições para que essas mesmas crianças possam crescer e desenvolver-se num ambiente saudável, que acautele devidamente os seus interesses, como sejam o da liberdade e autodeterminação sexual, e garanta a sua inserção num núcleo de vida gratificante que proporcione a sua socialização.

Esta organização foi fundada em 1960 pelo francês Edmond Kaiser, que a denominou de *Terre des Hommes*, inspirado na base moral de um livro do escritor francês Antoine de Saint Exupéry, intitulado *Terre des Hommes*, escrito antes do seu famoso livro *Le Petit Prince*. Neste livro, o autor alerta “as pessoas da terra” para a urgência de assumirem as suas responsabilidades enquanto seres humanos que vivem em comunidade e a mostrarem solidariedade para com os outros.

Em 1965, um grupo de voluntários holandeses apoiou a iniciativa de Edmond Kaiser, sendo que, naquela altura, a ONG atuava apenas sobre crianças em situações de emergência e em países em desenvolvimento, contando, para isso, essencialmente com a ajuda de médicos holandeses. Ao longo do tempo e acompanhando as novas realidades, a organização passou a contar também com a ajuda de parceiros locais e através de projetos de acordo com as necessidades que vão surgindo.

Atualmente, o cerne desta ONG continua a ser o trabalho infantil<sup>1</sup>, tráfico de crianças e migração<sup>2</sup>, exploração sexual de crianças<sup>3</sup> e abuso infantil<sup>4</sup>, embora tenha alargado o seu âmbito de atuação também à ajuda humanitária, nomeadamente em situações de catástrofes sendo exemplo disso acontecimentos como as tempestades tropicais das Filipinas, a crise da ébola na Guiné, o terremoto no Nepal.

---

<sup>1</sup> A ONG adotou a definição de trabalho infantil da Convenção Nº 182 (Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação) que segundo o seu artigo 3º as piores formas de trabalho infantil compreendem: “(a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; (b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos; (c) utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; (d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.”.

<sup>2</sup> Esta organização centra-se, no âmbito desta temática, nas crianças que são deslocadas devido à tensão política ou às circunstâncias socioeconómicas do sítio onde vivem, crianças estas que se encontram em fuga e que estão sujeitas a uma maior vulnerabilidade ao tráfico.

<sup>3</sup> Aqui está incluído a prostituição infantil, atos sexuais através de webcam, abuso sexual, child sex tourism e pornografia infantil.

<sup>4</sup> Em 2013, a organização criou 32 projetos para combater o abuso infantil.

Através das suas campanhas, das doações dos seus apoiantes e dos mais de mil e oitocentos voluntários, esta ONG cria programas e oferece ajuda sem qualquer discriminação, contribuindo deste modo para a prevenção e desbravando caminho para a extinção da exploração infantil.

Em prol do melhor desenvolvimento pessoal e intelectual das crianças, a TDH criou um código de conduta, por forma a regular os padrões mínimos que têm de estar presentes nos vários projetos desenvolvidos pela organização, considerando itens como sejam os comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, código este assinado por toda a equipa e por qualquer interveniente que integre nos diferentes projetos.

## **2. Webcam Child Sex Tourism**

Vivemos em tempos em que a Internet e as tecnologias digitais têm um papel cada vez mais importante e central no nosso quotidiano, sendo impensável desagregar esta componente da sociedade moderna.

Esta nova realidade global apresenta, inevitavelmente, duas faces. Se, por um lado, a Internet e as tecnologias digitais vieram transformar o mundo numa aldeia global, facilitando o contacto entre pessoas e o acesso e partilha de informação, não só ao nível da vida social, mas também noutras áreas como sejam o lazer, cultura, educação, saúde, atividade económica e financeira e muitas outras, por outro, a necessidade imensurável de usar a internet torna-se algo incontornável, principalmente se pensarmos que são os jovens os seus principais usuários.

Mas, se os jovens são, inequivocamente, os grandes responsáveis pela ampla globalização e utilização deste meio de comunicação na sociedade, também são estes, porque estão ainda em processo de desenvolvimento e formação pessoal, quem mais está exposto aos seus riscos.

Com a rápida evolução da internet, proliferação dos dispositivos móveis com câmara, disseminação do fenómeno das redes sociais, preços cada vez mais baixos do tráfego de dados, tornou-se, hoje, globalmente comum as conversas via Internet, seja como forma de comunicação entre as pessoas, seja como forma de relacionamento e conhecimentos de “gente nova”.

Sabendo que milhões de pessoas no mundo inteiro usam esta forma de comunicação, seja no Messenger, Twitter, Facebook, salas de conversação (chatroom), com a particularidade de o poderem fazer de forma totalmente anónima ou até através de um nome

fictício (nickname), será que realmente estamos seguros na frente de um computador, conversando com uma pessoa que nunca vimos antes?

Os crimes praticados através da internet são bastante comuns hoje em dia e dos mais variados tipos, designadamente associados a atividades sexuais, não só nos adultos, pessoas esclarecidas que podem dar o seu consentimento, mas também com menores<sup>5</sup>.

Foi neste contexto que se desenvolveu um novo fenómeno, a “*webcam child sex tourism*”, que, infelizmente tornou-se rapidamente um problema e uma preocupação global e atual.

A “*webcam child sex tourism*” distingue-se do turismo sexual infantil.

O turismo sexual infantil consiste na “*exploração sexual de crianças por uma pessoa ou pessoas que se deslocam do seu ambiente habitual para um destino no exterior, onde têm contacto sexual com crianças.*”<sup>6</sup>

Já a WCST é uma nova forma de exploração infantil, em que um adulto paga para visionar, em tempo real, vídeos de crianças a praticarem atos sexuais em frente a uma webcam.<sup>7</sup> As Nações Unidas e o FBI estimam que, por dia, cerca de 750.000 predadores sexuais praticam atos próprios de WCST em mais de 40.000 sites de conversação públicos,<sup>8</sup> sendo os autores, por norma, homens de países desenvolvidos e as vítimas crianças de países em desenvolvimento.

A investigação deste tipo de comportamentos praticados através de uma webcam na Internet reveste um carácter particular em relação à criminalidade genérica, desde logo, porque, no ciberespaço, há o anonimato dos seus utilizadores, mas sobretudo porque estamos perante um universo digital, momentâneo e, maioritariamente, transfronteiriço. Ora, a inexistência de fronteiras e de limites físicos das mesmas acarreta conflitos jurisdicionais, desde logo ao nível das regras da competência territorial para a investigação, mas também ao nível de obtenção de elementos de prova, havendo dificuldades a nível da colaboração penal internacional. Sublinha-se, neste particular, que no caso do WCST, as vítimas são crianças que não vão à polícia apresentar queixa e os autores são homens pagam com cartões que não são rastreáveis.

---

<sup>5</sup> Segundo o artigo 38º nº 3 do CP, “o consentimento só é eficaz se for prestado por quem tiver mais de 16 anos e possuir o discernimento necessário para avaliar o seu sentido e alcance no momento em que o presta”.

<sup>6</sup> Cfr. Parágrafo 29 da DIRECTIVA 2011/92/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 13 de Dezembro de 2011 relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de criança e a pornografia infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho.

<sup>7</sup> Webcam Child Sex Tourism: An Emerging Global Issue disponível em:

[https://digitalcommons.cedarville.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1131&context=research\\_scholarship\\_symposium](https://digitalcommons.cedarville.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1131&context=research_scholarship_symposium)

<sup>8</sup> <https://www.terredeshommes.nl/en/themes-overview/sexual-exploitation>

Sobre esta problemática, a União Europeia criou a Diretiva 2011/92/EU que estipulou que a investigação deste tipo de crimes e a dedução de acusação em processo penal devem ser facilitadas, admitindo, inclusivamente, a possibilidade de as autoridades nacionais utilizarem uma identidade falsa na Internet.<sup>9</sup>

De igual forma, cientes dos inúmeros casos de pedofilia praticados através da internet e em salas de conversação, a TDH, desenvolveu o programa denominado Sweetie, cujo principal objetivo é consciencializar o mundo para este novo fenómeno, que em muitos países ainda é desconhecido, escondido e desvalorizado, e, ao mesmo tempo, a combater-lo.

### **3. Sweetie**

A TdH foi a primeira entidade a combater, efetivamente, esta forma de exploração sexual.

#### **3.1. Sweetie 1.0**

Nesta senda, em 2013, foi criado o programa Sweetie 1.0, através do qual foi desenvolvida uma menina virtual, a quem se deu o nome de Sweetie, de 10 anos de idade e de nacionalidade filipina. O seu principal objetivo consistia em reunir o máximo de informação sobre indivíduos que, através do anonimato da internet e uso da webcam, entravam em contacto com a menor virtual, aliciando-a a atividades de cariz sexual.

Para tal, foram captados os movimentos próprios de um ser humano que depois foram informaticamente aplicados, tornando, assim, esta menina virtual como se de uma verdadeira menina se tratasse.

O programa Sweetie 1.0 era operado num armazém em Amesterdão através de um agente da organização, que desenvolvia ele próprio conversas em salas de chats públicas com indivíduos que procuravam a Sweetie.

Na sequência dos contactos estabelecidos, a organização procurava chegar à identificação dos indivíduos, através de pesquisas feitas na internet em fontes como o Google e redes sociais, como o Facebook, e usando na pesquisa fragmentos de informações que eles mesmo forneciam ao longo das conversas estabelecidas, obtendo-se, desta forma, nomes,

---

<sup>9</sup> cfr. Parágrafo 26 e 27 da Diretiva 2011/92/EU do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Dezembro de 2011 relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e que substitui a Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho.

moradas, fotos, número de telefones, sem haver, em caso algum, acesso ilegítimo a sistemas informáticos ou parte deles.

Este programa foi extremamente bem sucedido, tendo sido feitos, em 10 (dez) semanas cerca de 20.000 (vinte mil) contactos, através dos quais, inclusivamente, alguns indivíduos chegaram mesmo a realizar atividades sexuais em frente à webcam, e, em 2 (dois) meses identificados cerca de 1.000 (mil) predadores.

A informação recolhida foi, posteriormente, entregue à Interpol, que, por sua vez, a comunicou às forças policiais dos vários países para que se iniciassem as competentes investigações. A organização não ficou com cópia dos dados fornecidos.

Como se referiu, toda a investigação levada a cabo pela TdH foi feita exclusivamente em salas de chat públicas, para que não fosse violado o direito à privacidade e à liberdade de expressão dos utilizadores, e nunca foram publicamente reveladas as identidades dos indivíduos que procuraram e contactaram a Sweetie.

### **3.2. Sweetie 2.0**

Em face aos resultados do programa Sweetie 1.0., em 2015 e durante dois anos, a TDH e uma equipa de especialistas internacionais desenvolveram uma versão mais atualizada do programa, a quem deram o nome de Sweetie 2.0, concluída em abril de 2017 e que pode ser usada em qualquer lugar do mundo.

Em face da grande limitação do programa Sweetie 1.0, resultante do facto de ser necessário que todas as conversações fossem desenvolvidas para uma pessoa em tempo real, o desafio agora estava em reformular o programa por forma a abranger o maior número dos milhares de contatos desenvolvidos a toda a hora e em todo o mundo.

Assim, o programa Sweetie 1.0. foi reformulado através do recurso ao uso de inteligência artificial<sup>10</sup> (sweetie 2.0), passando agora a ser operado pela menina virtual antes criada, ou seja, pela própria Sweetie, com capacidade para desenvolver simultaneamente várias conversas e com os mais variados indivíduos, alargando, desta forma, exponencialmente a possibilidade de identificar, reconhecer e até dissuadir milhões de potenciais infratores.

---

<sup>10</sup> <https://tracksinspector.com/blog/ti-software-sweetie-2-0.html>. [22 abril 2016]



O programa Sweetie 2.0 é constituído por um chatbot<sup>11</sup>, com inteligência artificial e composta por imagens em 3D, em que todas as conversações são analisadas pelo trabalho de enquadramento subjacente e que reconhece predadores online por via da aproximação.

### **3.2.1. Chatbot com inteligência artificial:**

Com base na experiência e nos resultados do programa Sweetie 1.0, a ONG melhorou o programa criando uma chatbot com inteligência artificial que determina estrategicamente se a pessoa com quem se está a falar tem as intenções erradas, e, na positiva, procurará obter informações sobre essa pessoa que levem depois à sua identificação.

Optou-se, no entanto, por uma solução híbrida, em que, sempre que necessário, é possível complementar a função automática com uma função manual, desenvolvida por “operadores humanos” que respondem eles às perguntas que o chatbot não consegue dar resposta.

Acresce que, inicialmente e por um curto período de tempo, o programa e a implementação desta funcionalidade foi testada sempre com supervisão humana.

### **3.2.2. Imagens Tridimensionais**

Como supra referido, no programa Sweetie 1.0 foram utilizadas imagens tridimensionais para dar à Sweetie uma representação real de uma menina de 10 anos de idade. No programa Sweetie 2.0, estas imagens foram melhoradas, sem que, mais uma vez, em momento algum fosse exibida nudez ou imagens de cariz sexual.

### **3.2.3 Cyber Agent Technology**

Para que fosse possível utilizar o chatbot com inteligência artificial para as várias plataformas de comunicação, foi criada a plataforma “Cyber Agent Technology” que interconecta todos os componentes de software. Estes componentes são, nomeadamente, o armazenamento de todas as conversações, funcionalidades de deteção para reconhecer parceiros de conversações repetidos, propostas indecentes ou materiais explícitos, estatísticas para uma visão operacional, tática e estratégica.

Os relatórios das conversações e as informações que são extraídas destas conversas são todos registrados tendo em conta os métodos genéricos de armazenamento utilizados por várias agências de investigação nacionais, tais como a Interpol e a Europol, para que seja simplificada a correspondência com outros casos de abuso sexual.

---

<sup>11</sup> Chatbot – programa de computador que simula um humano numa conversação. (chatter- pessoa que conversa com bot – abreviatura de robô).

#### **4. Direito criminal substantivo**

No domínio do direito penal substantivo, são, desde logo, três os principais problemas que se levantam:

1. a aplicação de disposições penais quando está em causa uma “vítima” virtual;
2. a questão da tentativa,
3. a criminalização de atos preparatórios.

A Sweetie não é mais que uma ferramenta de investigação que permite às forças policiais interagir com predadores sexuais. Mas para que seja processualmente admissível o uso deste programa como um meio de obtenção de prova e método de investigação, é, desde logo e em primeira linha, necessário que o comportamento em investigação seja entendido como um comportamento previsto e punido na lei como crime.

Se assim não for, este programa como método de investigação é completamente inócuo e esvaziado de sentido, de nada servindo caso não se entenda que o mesmo visa comportamentos que são previstos na lei como consubstanciadores de um ato ilícito típico, servindo, desta forma, como meio de prova indiciador do cometimento de um crime, neste particular contra a liberdade e autodeterminação sexual, ou, pelo menos, de tentativa de cometimento desse mesmo crime.

Nesta senda, começaremos por analisar a previsão legal relativa à prática de atos sexuais com crianças através da webcam e as questões penais substantivas que se levantam em relação à prática de atos sexuais através da webcam agora com recurso a uma menor virtual como o Sweetie, estudando os instrumentos legais internacionais e a lei penal portuguesa.

##### **4.1 Criminalização de práticas sexuais com menores através da webcam**

A existência de um crime está dependente do facto de uma determinada conduta ofender um determinado bem jurídico. Em termos gerais, bem jurídico traduz-se nos valores fundamentais de uma sociedade, valores estes que decorrem das suas crenças, tradições ou costumes. FIGUEIREDO DIAS define bem jurídico como “a expressão de um interesse, da pessoa ou da comunidade, na manutenção ou integridade de um certo estado, objeto ou bem em si mesmo socialmente relevante e por isso juridicamente reconhecido como valioso”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Dias, 2007, p. 114.

Por sua vez, o princípio da legalidade dita que não pode haver crime nem pena que não resultem de uma lei prévia, escrita e certa (*nulla poena sine lege*), exigindo-se que uma infração seja claramente definida na lei (*lex certa*). Esta condição fica preenchida sempre que o seu interessado possa saber, mediante aquela disposição, quais os atos ou omissões que determinam a sua responsabilidade penal e as respetivas consequências.

Partindo desta premissa, e para que se possa entender se o programa Sweetie poderá ser utilizado no nosso sistema, impõe-se-nos apreciar a questão de saber se à luz do nosso ordenamento jurídico as práticas sexuais com menores, com especial particularidade quando cometidas através da internet, têm previsão legal.

Esta nova realidade tem sido tema principal não só a nível nacional, mas também internacional, estando consagradas várias disposições legais que poderão estender-se a este tipo de comportamentos.

Ao nível internacional, destaca-se a Convenção de Lanzarote, que, no seu preâmbulo, expõe que um dos motivos da sua constituição e da obtenção de acordo entre os Estados Membros do Conselho da Europa e os restantes signatários da convenção alicerçou-se no facto de “a exploração sexual e o abuso sexual das crianças ter adquirido proporções inquietantes a nível nacional e internacional, nomeadamente devido ao uso crescente das tecnologias de informação e comunicação tanto pelas crianças como pelos autores das infrações penais, e que a cooperação internacional se mostra fundamental para combater a exploração sexual e o abuso sexual de crianças.”<sup>13</sup>

No sistema penal português, os crimes sexuais estão divididos em 2 secções: crimes contra a liberdade sexual (artigos 163.º a 170.º do Código Penal) e crimes contra a autodeterminação sexual (práticas sexuais com menores) (artigos 171.º a 176.º-A do Código Penal).

A primeira dessas duas secções aplica-se a menores e adultos, portanto sem exceção de idades, ao passo que a segunda protege aqueles casos que ou não seriam crime se praticados entre adultos ou o seriam mas com outros limites (seriam, por ex., menos graves), sendo que aqui, a vítima ou é uma criança (com menos de 14 anos) ou em todo o caso um menor.

As “disposições comuns”, relativas à agravação e à queixa, constam de uma 3ª secção – artigos 177.º e 178.º do Código Penal.

Começaremos, então, por analisar os crimes contra a autodeterminação sexual, sublinhando-se, neste particular, que, no sistema penal português, a tentativa é sempre

---

<sup>13</sup> <http://www.seg-social.pt/documents/10152/5c1eda42-32b8-4ced-ad02-a936a6f143ec>

punível<sup>14</sup>, o que constitui uma exceção ao regime geral do art. 23º do Código Penal, que prevê a punição da tentativa só nos casos em que ao crime consumado seja aplicável uma pena superior a três anos de prisão.

## **4.2 Tipos legais relevantes para o programa Sweetie:**

O programa Sweetie incide sobre os comportamentos que violam a liberdade e autodeterminação sexual dos menores.

Atualmente, o tipo fundamental dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual é o abuso sexual, tendo-se introduzido, em 1995, a expressão ato sexual de relevo – cf. artigos 163º, 165º, 166º e 172º do CP.

Um ato é sexual quando tem por objeto direto o sexo humano e pelo menos envolve o próprio corpo ou o corpo de outrem. São, desde logo, todas as ações que de acordo com a sua aparência externa permitem reconhecer a sua relação com o sexo, exigindo-se um elemento subjetivo na forma de uma tendência sexual do agente, que deve estar consciente dessa relação.

Quanto à definição de “relevo”, ela está em geral associada à quantificação de um resultado. Deste modo, serão atos sexuais de relevo os que, não sendo insignificantes, se revelam, quando encarados na sua globalidade e de acordo com o modo e a intensidade e até a duração do agir, perigosos para o correspondente bem jurídico protegido com a incriminação.

### **4.2.1 Abuso sexual de menores:**

Segundo o NCCAN o abuso sexual engloba “contactos ou interações entre uma criança e um adulto, quando a criança é usada para a satisfação sexual do abusador ou de outra pessoa”<sup>15</sup>.

A convenção de Lanzarote define abuso sexual<sup>16</sup> como a prática de um ato sexual “*por meio de coação, violência ou ameaça; ou - abusando de reconhecida posição de confiança, autoridade ou influência sobre a criança, incluindo o ambiente familiar; - abusando de uma situação de particular vulnerabilidade da criança, nomeadamente devido a*

---

<sup>14</sup> Rodrigues, 2011, p. 274.

<sup>15</sup> Miller-Perrin, 1999, p. 103.

<sup>16</sup> cfr. Art. 18º nº1 da Convenção de Lanzarote.

*incapacidade mental ou física ou a uma situação de dependência.*”. Não se define, no entanto, o termo “atividades sexuais”<sup>17</sup>, deixando-se a cada Estado a definição desse termo.<sup>18</sup>

Em Portugal, o Código Penal Português no seu artigo 171.º nº1 consagra que “*quem praticar ato sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.*”, entendendo, assim, que para haver um crime de abuso sexual de menores é necessário que tenha sido praticado um ato sexual de relevo.

Para Teresa Magalhães<sup>19</sup>, o abuso sexual de crianças é o envolvimento do menor em práticas que têm como fim a satisfação do agressor, em que este último encontra-se numa posição de poder ou autoridade. O menor lesado como está num estágio de desenvolvimento não consegue compreender, nem está preparado para estas práticas, não conseguindo dar o seu consentimento informado.

Como acima se referiu, o CP fala em “ato sexual de relevo”. Existem várias posições em relação a este conceito.<sup>20</sup> Figueiredo Dias defende uma interpretação objetivista do conceito de ato sexual de relevo<sup>21</sup>, seguida por Paulo Pinto de Albuquerque e segundo a qual o ato sexual de relevo é aquele que, tendo em conta a sua manifestação externa, revela uma conexão com a sexualidade, desconsiderando-se o motivo da atuação libidinosa do agente do crime, como entende a interpretação subjetivista<sup>22</sup>. Para Conceição Cunha, o ato sexual de relevo será “*todo aquele que pela sua natureza, conteúdo ou significado se relacionar com a esfera sexual, constituindo um “entrave” à liberdade sexual da vítima*”<sup>23</sup>. Para esta autora, não é necessária a intenção libidinosa do agente, nem que a vítima compreenda o significado sexual do ato.

---

<sup>17</sup> Ac. TRC de 02-04-2014 considerou ato sexual de relevo, quando repetidamente, sejam acariciadas as costas, pescoço, mãos e interiores das pernas.

<sup>18</sup> Cfr. Parágrafo 117 e 127 do Explanatory Report to the Council of Europe Convention on the Protection of Children against Sexual Exploitation and Sexual Abuse.

<sup>19</sup> Teresa Magalhães *cit. por* Catarina Ribeiro, in A criança na Justiça, Trajectórias e significados do processo judicial de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, p. 52.

<sup>20</sup> Acórdão do TRC, de 2/2/2011, com o Juiz Relator Belmiro Andrade, “É de excluir do ato sexual de relevo não apenas os atos insignificantes ou bagatelares, mas também aqueles que não representem entraves com importância para a liberdade de determinação sexual da vítima, atos que, embora pesados ou em si significantes por impróprios, desonestos, de mau gosto ou despidorados, todavia, pela sua pequena quantidade, ocasionalmente ou instantaneamente, não entrem de forma importante a livre determinação sexual da vítima”.

<sup>21</sup>(dir.) Dias, 1999, p.710 ss.

<sup>22</sup> Ac. do TRG, de 2/2/2009, com o Juiz Relator Teresa Baltazar, “O ato sexual de relevo, é, assim, todo o comportamento destinado à libertação e satisfação dos impulsos sexuais (...)”.

<sup>23</sup> Cunha, 2003, p. 197 e 198.

No que respeita à idade da vítima, a Convenção de Lanzarote deixa ao critério de cada uma das partes a determinação da idade abaixo da qual não é admitido praticar estes atos sexuais com uma criança.<sup>24</sup>

Em Portugal optou-se por determinar menor a criança com idade igual ou inferior a 14 anos<sup>25</sup>, protegendo-se também os menores dependentes com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos (artigo 172.º) e, ainda, os atos sexuais com adolescentes com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos (artigo 173.º).

#### **4.2.2 Infrações penais relativas à prostituição de menores**

Segundo o estudo realizado pela ONG TdH, a maioria das crianças que se despem em frente à Webcam são provenientes de países em desenvolvimento, tendo em vista o pagamento de uma quantia monetária por quem assiste, normalmente oriundo de um país desenvolvido.

A Convenção de Lanzarote, no seu artigo 19.º, vem punir o recrutamento e o favorecimento à participação de uma criança na prostituição; a coação, proveito ou exploração de crianças para tais fins e o recurso à prostituição de uma criança. Logo definindo o seu n.º 2 a “*prostituição de menores*” como “*utilização de uma criança para atividade sexuais, oferecendo ou prometendo dinheiro ou qualquer outra forma de remuneração, pagamento ou vantagem, independentemente de tal remuneração, pagamento, promessa ou vantagem ser feito à criança ou a um terceiro.*”

No Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil entende-se que prostituição infantil é a utilização de uma criança em atividades sexuais em troca de uma remuneração ou qualquer outra forma de retribuição.

O Código Penal Português, no seu artigo 174º do CP, pune quem praticar ato sexual de relevo com menor mediante pagamento ou contrapartida. Por sua vez, o seu artigo 175.º, consagra o lenocínio de menores, punindo-se quem fomentar menor<sup>26</sup>, facilitar ou favorecer o exercício da prostituição, sendo a pena agravada em caso de violência ou ameaça grave, quando o crime tenha sido cometido de forma ardilosa ou manobra fraudulenta, através de abuso de autoridade, com intenção lucrativa ou de forma profissional e, por último, quando

---

<sup>24</sup> Segundo o art. 18º n.º 2 da Convenção de Lanzarote “*Para efeitos do n.º 1 do presente artigo, cada uma das Partes determina a idade abaixo da qual não é permitido praticar actos sexuais com uma criança.*”

<sup>25</sup> Cfr. Art. 171º do CP.

<sup>26</sup> O aliciamento é um ato de execução do tipo objetivo (art. 22.º, n.º 2, al.ª c) do CP), convertido em elemento típico. O aliciamento supõe uma abordagem da criança por contacto presencial ou por contacto à distância.

haja aproveitamento da incapacidade psíquica do menor ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima.<sup>27</sup>

Para que se consuma o crime de recurso à prostituição de menores não é necessário que haja cópula, coito anal ou oral, ou mesmo introdução de partes do corpo ou objetos.<sup>28</sup>

A criminalização da prostituição de menores é alargada tanto a quem alicia, fomenta, favorece ou facilita a prostituição, como a quem recorre a ela.

Estas previsões legais têm relevância no contexto do WCST, uma vez, que na maioria dos casos reais, as crianças são forçadas ou coagidas a participar em atuações sexuais em frente a uma webcam sem que haja qualquer contacto físico do seu agressor, que atua do outro lado do ecrã.

#### **4.2.3 Infrações penais relativas à pornografia infantil:**

As conversas realizadas através de uma webcam podem ser gravadas e arquivadas por quem nelas participa, podendo, assim, um menor realizar uma atividade sexual em frente à webcam e o agente estar a gravar sem que o menor se aperceba.

Com o crime de pornografia de menores pune-se “a conduta daquele que utiliza (ou alicia para esse fim) menor em espetáculo pornográfico, fotografia, filme ou gravação pornográfica, independentemente do seu suporte, a daquele que produzir, exportar, divulgar, exhibir ou ceder, a qualquer título ou por qualquer meio<sup>29</sup>, material pornográfico<sup>30</sup> em que utilize menor, e ainda a daquele que adquira esse material com o propósito de o distribuir, importar, exportar, divulgar, exhibir ou ceder”.<sup>31</sup>

O crime pornografia de menores encontra-se tipificado no nosso CP no art. 176º. O seu nº2 prevê um tipo de pornografia de menores qualificada<sup>32</sup>, assente num *animus lucrandi* do agente através da conduta criminosa<sup>33</sup>.

Por imposição da Decisão-Quadro 2004/68/JAI do Conselho – art. 4.º nº2 - passou também a ser punida a tentativa no nº8 do art. 176º.

---

<sup>27</sup> Cfr art. 175º nº2 CP.

<sup>28</sup> Chega-se a esta conclusão na medida em que no nº 2 do art. 174º do CP que vem agravar a pena para três anos, quando o ato sexual consistir em “cópula, coito oral, coito anal ou introdução vaginal ou anal das partes do corpo ou objetos”.

<sup>29</sup> O nosso CP optou por não distinguir se o agente age a título gratuito ou oneroso, pretendendo-se, assim abranger “todo o tipo de disseminação” destes materiais, independentemente dos meios utilizados. (Lopes, 2008, p.154).

<sup>30</sup> Uma noção de material pornográfico é-nos dada pelo art. 2º do Protocolo Facultativo à Convenção Sobre os Direitos da Criança de 25 de Maio de 2000, segundo o qual será pornográfica “a representação de desempenho de actividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou a representação dos órgãos sexuais”.

<sup>31</sup> Alfaiate, 2009, p.111.

<sup>32</sup>(dir.) Dias, 2012, p. 883.

<sup>33</sup>Rodrigues, 2011, p. 271.

No Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil<sup>34</sup>, entende-se que pornografia infantil “*significa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais.*”

Segundo a Convenção sobre o cibercrime<sup>35</sup>, pornografia infantil abrange todo o material pornográfico que visualmente represente um menor envolvido em comportamentos sexualmente explícitos; todas as situações em que a pessoa que aparenta ser menor envolvida em conduta explicitamente sexual bem como todas as imagens realistas de menor em comportamentos sexualmente explícitos.

Já na convenção de Lanzarote, pornografia de menores “*designa todo o material que represente visualmente uma criança envolvida em comportamentos sexualmente explícitos, reais ou simulados, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança, com fins sexuais.*”<sup>36</sup>

Na convenção de Lanzarote entende-se que são atos criminais a distribuição ou difusão de pornografia infantil, sendo exemplo disso o acesso conscientemente, através de tecnologias de comunicação e informação, a pornografia infantil.<sup>37</sup>

Criminalizar este tipo de conduta é relevante e ponto essencial no estudo em apreço, uma vez que através da webcam a atuação sexual pode ser alvo de captação fotográfica em tempo real ou inclusivamente de gravação, estando-se, assim, perante comportamentos que configuram e que podem classificar-se como pornografia.

Nesta senda, somos a entender que o WCST pode ser criminalizado como acesso a pornografia infantil através de tecnologias de comunicação e informação, na forma tentada.

#### **4.2.4. Pornografia virtual de menor:**

O legislador português, no n.º4 do art. 176º do CP, criminalizou a conduta do agente que produz, distribui, importa, exporta, divulga, cede, exhibe, adquire ou detém material pornográfico com representação realista de menor.

Na pornografia virtual de menores não são utilizadas crianças reais na produção dos materiais pornográficos, mas sim representações figuradas das mesmas. O conceito de pornografia virtual abrange, assim, não só o comportamento sexualmente explícito, em que é utilizada na produção do material pornográfico uma pessoa maior de idade mas que aparenta

---

<sup>34</sup> Artigo 2º c) - [https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo\\_facultativo\\_venda\\_de\\_crianças.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_venda_de_crianças.pdf)

<sup>35</sup> análise do artigo 9º nº2 da Convenção sobre o cibercrime de 23 de Novembro de 2001.

<sup>36</sup> Artigo 20º nº2 Convenção de Lanzarote.

<sup>37</sup> O nº 4 do artigo em análise, prevê a faculdade de as partes não aplicarem esta disposição.



ser menor, mas também o material pornográfico em cuja produção não se recorre a pessoas reais, mas a outros meios como sejam as animações geradas por computador, banda desenhada.

A criminalização da pornografia virtual é ainda uma questão muito controversa, sendo apontada quer como tuteladora da moral quer como atentatória alvo da liberdade de expressão e de expressão artística<sup>38</sup>.

A convenção de Lanzarote deixa ao arbítrio das Partes o direito de não criminalizar a conduta quanto à produção ou posse de material pornográfico constituído exclusivamente por representações simuladas ou por imagens que ainda que realistas respeitam a uma criança que não existe, como é o caso da Sweetie.

#### **4.2.5 Ofensas relativas à participação de crianças em espetáculos pornográficos:**

No Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil, não se criminaliza especificamente os espetáculos pornográficos. Não obstante, somos a entender que este tipo de conduta possa ser integrada no conceito de prostituição infantil, que “*significa a utilização de uma criança em actividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição*”<sup>39</sup>.

A Convenção de Lanzarote criminaliza, no seu art. 21º os espetáculos pornográficos com menores. Nas alíneas a) e b) do seu n.º1 foca-se a organização do espetáculo pornográfico, enquanto que na sua alínea c) foca-se em quem assiste conscientemente a estes espetáculos<sup>40</sup>.

O CP Português, no nº 3 do art. 176º, pune o agente que se serve da violência ou de ameaça grave para aliciar ou utilizar menor em espetáculo pornográfico, fotografia, filme ou em gravação pornográficos, independentemente do seu suporte. Já no nº6 pune-se o agente que, sendo maior, assista a espetáculo pornográfico envolvendo a participação de menores de 16 anos de idade ou a ele facilite acesso, através de sistema informático ou qualquer outro meio. Esta norma tem em conta a existência de espetáculos pornográficos, em tempo real, acedíveis através da Internet.

---

<sup>38</sup> Assim, (Lopes, 2008, p. 157)

<sup>39</sup> Art. 2º b).

<sup>40</sup> Cfr. art. 21º nº1 alíneas a) a c) da Convenção de Lanzarote “a) *Recrutar uma criança para que participe em espetáculos pornográficos ou favorecer a participação de uma criança em tais espetáculos; b) Coagir uma criança a participar em espetáculos pornográficos, ou tirar proveito dessa participação ou, por qualquer outra forma, explorar uma criança para tais fins; c) Assistir conscientemente a espetáculos pornográficos envolvendo a participação de crianças.*”

#### **4.2.6 Corrupção de menores**

A corrupção de menores vem consagrada no artigo 22.º da Convenção de Lanzarote, qualificando-se como infração penal todo o facto doloso que se traduza em forçar uma criança a atos sexuais, a assistir a abusos sexuais ou a atividades sexuais, mesmo que não participando neles.

#### **4.2.7 Aliciamento online de crianças para fins sexuais (Grooming)**

Quando falamos em *Grooming* falamos em aliciamento de menores no sentido de “atrair a criança a comportamentos de cariz sexual por meio de conversas e outras condutas (como por ex. prometer presentes, dinheiro, fama)”<sup>41</sup> através de meios de comunicação à distância.

A Convenção de Lanzarote, no seu artigo 23º, prevê “a abordagem de crianças para fins sexuais”, consagrando como infração penal toda a proposta feita por um adulto a uma criança relativa a um encontro entre ambos, mesmo que feita através de tecnologias de informação e comunicação, com a finalidade de praticar nesse encontro um ato sexual ou fazer uma produção de pornografia de menores, exigindo-se apenas que tal proposta seja seguida de atos materiais que proporcionem o referido encontro.

O CP Português prevê o aliciamento de menores para fins sexuais no seu art. 176º-A do CP. Neste artigo distingue-se duas situações: uma que consiste no mero aliciamento, sem encontro com o menor, punido com pena de prisão até um ano; e outra que consiste no aliciamento e posterior prática de atos materiais conducentes ao encontro, punido com pena até dois anos.

#### **4.3 Relevância da presença física**

Tendo em conta que o fenómeno de “webcam sex” é relativamente recente, na maioria dos países, as leis penais substantivas não foram alteradas por forma a incluir especificamente o sexo através da webcam como uma ofensa em si mesma. Na grande maioria da legislação penal, o elemento típico objetivo e subjetivo das normas relativas aos crimes sexuais acabam por abranger o sexo da webcam. Contudo, aquando da sua elaboração, foram pensadas para situações em que há contato físico com o menor sujeito a atividades sexuais. Como no programa Sweetie não há qualquer contacto físico, pode levantar-se a questão de saber se o

---

<sup>41</sup> Rodrigues, 2011, p. 268.

elemento físico nas descrições do crime é de importância material ou se as disposições legais tal como estão elaboradas cobrem também atividades sexuais que ocorrem por meio de uma webcam, sem a verificação de contato físico ou da presença física dos seus atores.

Ao nível do direito comparado, existe já legislação interna que considera o sexo através de uma webcam com menores como abuso sexual.

### **4.3.1 Espanha**

O artigo 183.º bis da lei penal espanhola determina que quem instigar um menor de dezasseis anos a praticar comportamentos sexuais ou atos de natureza sexual é punido numa pena de prisão de seis meses a dois anos. Logo acrescentando o seu n.º 2 que se o autor obrigar o menor a assistir a abusos sexuais, ainda que aquele neles não participe, será punido a uma pena de prisão de um a três anos. Criminalizando, assim, comportamentos sexualmente abusivos, mesmo que neles não haja qualquer contato físico.

### **4.3.2 Países Baixos**

O STJ holandês decidiu que o contacto físico entre o agressor e a vítima nos crimes de agressão sexual<sup>42</sup> não é necessário.<sup>43</sup> Assim, incorre num crime de agressão sexual quem praticar atos sexuais com ele próprio ou com outra pessoa em frente a uma webcam e mantenha uma conversação com um menor de dezasseis anos.

### **4.3.3 Canadá**

Segundo a secção 152 do Código Penal canadiano, webcam sex pode ser criminalizado como um crime de abuso sexual se o agressor convidar ou aliciar a vítima a tocar-lhe ou a tocar-se. No crime de ofensa por exposição indecente, também não será necessário o requisito da presença física. No caso *R. v Alicandro*, 2009 ONCA 133 (CanLII)<sup>44</sup> entendeu-se que a referência a “em qualquer lugar” prevista na disposição legal canadiana também inclui a Internet<sup>45</sup>.

### **4.3.4 Portugal**

---

<sup>42</sup> O crime de agressão sexual encontra-se no artigo 247º do Código penal holandês.

<sup>43</sup> ECLI:NL:HR:2004:AQ0950

<sup>44</sup> Accused communicating with police officer posing as 13-year- old girl in Internet chat room -- Accused transmitting video of himself masturbating to "girl" -- Accused properly convicted under [s. 172.1\(1\)\(c\)](#) of [Criminal Code](#) of communicating with person believed to be under 14 for purpose of facilitating commission of indecent act under [s. 173\(2\)](#) -- Accused's belief that he was communicating with person under 14 sufficient to fix him with liability under [s. 172.1\(1\)\(c\)](#) despite fact that offence under [s. 173\(2\)](#) requires exposure of genitals to person who is actually under 14 -- No defence to child luring charge that was impossible to complete offence of exposing genitals to child -- [Section 173\(2\)](#) not requiring that accused and victim be in same place -- [Section 173\(2\)](#) applying to images sent over Internet -- [Criminal Code](#), [ss. 172.1\(1\)\(c\)](#), [173\(2\)](#).

<sup>45</sup> “Section 173(2) of the Code applies to images sent over the Internet. The phrase “in any place” in s. 173(2) speaks to the location where the perpetrator exposes [page174] himself. There is no requirement that the accused and the victim must be in the same place when the offence is committed.” – *R. V Alicandro*, 2009 ONCA 133 (CanLII).

Em Portugal, parece-nos que o contacto físico entre o agressor e a vítima não é elemento fundamental<sup>46</sup> para integrar o crime de abuso sexual. Tanto que, quando o art. 171.º n.º3 al.ª c) do CP quando fala em “*aliciar*”, o aliciamento é tido como “*um ato de execução do tipo objetivo (art. 22.º n.º2, al.ª c)), convertido em elemento típico*”, supondo uma abordagem da criança por contacto presencial ou por contacto à distância. Permite-se, assim, a punição de um ato de execução já com a moldura penal para o crime consumado.

#### **4.4 Características do programa Sweetie e o Direito substantivo:**

É importante referir duas características da Sweetie para que se possa analisar a aplicação do direito substantivo nos casos em que envolvem o programa Sweetie.

##### **- Personagem Virtual**

Desde logo, Sweetie é um avatar, ou seja, nenhuma criança real é envolvida no processo. A Sweetie é uma personagem virtual, criada e programada para parecer e falar como uma criança.

A lei penal protege por um lado a sociedade, neste caso menores, contra um perigo ou uma ameaça (prevenção geral) e por outro lado criminaliza um comportamento específico que constitui, geralmente, uma ameaça direta a uma pessoa (prevenção especial).

Como neste programa nenhuma criança real é posta em risco (ou seja, não há efetivamente uma vítima real), tal circunstância constitui um entrave para a aplicação das leis penais que protegem pessoas reais e não virtuais.

Existem apenas dois tipos de crimes que não têm em conta uma vítima real – a pornografia virtual de menores e o Grooming.

Como já foi referido anteriormente, não só a pornografia de menores “reais” como a pornografia de menores virtuais é criminalizada, incluindo-se, assim, também as imagens criadas/geradas através de um computador.

No que respeita à argumentação da punibilidade da pornografia virtual de menores, trazemos à colação o caso *Aschcroft v. Free Speech Coalition*<sup>47</sup>, decidido a 16 de Abril de 2002, pelo Supremo Tribunal Norte-americano: neste caso, o Governo americano entendeu que a visualização de imagens de pornografia virtual pode ser entendida como sendo um fator que incita à prática de crimes sexuais contra menores e, ainda, que a evolução tecnológica

---

<sup>46</sup> Cfr. Ac. STJ de 12-11-2014, Relator Santos Cabral “Na verdade, no crime de abuso sexual de criança, na forma tentada pelo qual agora foi condenado, e sendo vedado qualquer alteração da qualificação jurídica dada a irrecorribilidade da decisão no tocante, o certo é que não existiu qualquer contacto físico, ou sequer pessoal, tudo se passando, no essencial, no domínio do “mundo virtual” da Internet.”

<sup>47</sup> Ac. disponível em <https://www.law.cornell.edu/supct/html/00-795.ZS.html>.

fará com que, no futuro, a pornografia infantil virtual se torne indistinguível da pornografia real, nesse caso, o arguido acusado de crimes contra a autodeterminação sexual poderá sempre defender-se alegando que se tratam de imagens virtuais, mesmo que se trate de imagens reais. No entanto, o Tribunal entendeu que há uma ligação indireta entre a visualização de pornografia e a prática de crimes sexuais, pelo que a punibilidade não assenta na visualização propriamente dita, mas antes numa predisposição do agente nesse sentido. Também decidiu que, não havendo relação entre o consumo de pornografia infantil virtual e a prática de crimes contra a autodeterminação sexual, não será punida a conduta de quem produz e distribui pornografia virtual. Por estas razões, este acórdão considerou inconstitucional a punição da pornografia infantil virtual.

Já o Supremo Tribunal do Canadá, no acórdão de 26 de Abril de 2001, referente ao caso *R. v. Sharpe*<sup>48</sup>, considerou constitucional a punição da pornografia infantil virtual, uma vez que as relações sexuais entre adultos e crianças feitas através de imagens reais ou através de imagens virtuais, são sempre inaceitáveis, podendo mesmo criar num menor a ideia de que não há nada de errado ao ter uma relação sexual com um adulto. Entendeu-se, ainda, que a pornografia infantil virtual contribui para que a criança se veja despida da sua dignidade humana, passando a ser vista como um objeto que pode ser utilizado para fins libidinosos e de gratificação sexual. Conclui o Supremo Tribunal do Canadá que, no conflito de direitos entre a “liberdade de expressão” e os “direitos das crianças potencialmente afetadas”, deve prevalecer sempre este último.

Mas, além da pornografia infantil virtual, também o Grooming, referido anteriormente, é previsto em algumas legislações estrangeiras.

Como o que está em causa com este comportamento<sup>49</sup> é o perigo que é criado para o bem-estar do menor, o mesmo é punido na grande maioria das jurisdições, ainda que o encontro com o menor não tenha chegado a acontecer ou que esse encontro não tenha levado a um abuso sexual.

Nas Filipinas, diferentemente do que acontece na maioria dos países, apesar de se não especificar concretamente o Grooming, pune-se qualquer exibição libidinosa de órgãos sexuais ou atividade sexual com o auxílio de um sistema informático<sup>50</sup>.

Através do exemplo destes dois crimes, podemos partir para a conclusão de que a luta

---

<sup>48</sup> Ac. disponível em <http://scc-csc.lexum.com/scc-csc/scc-csc/en/item/1837/index.do>.

<sup>49</sup> Ato deliberado de estabelecer uma ligação emocional com uma criança de forma a prepará-la para abusos sexuais ou outras formas de exploração (tráfico de menores, prostituição infantil e produção de pornografia).

<sup>50</sup> Cfr. Capítulo II, Secção 4. – Republic ACT NO. 10175 - [http://www.lawphil.net/statutes/repacts/ra2012/ra\\_10175\\_2012.html](http://www.lawphil.net/statutes/repacts/ra2012/ra_10175_2012.html)

contra a exploração infantil não é nem deve ser restringida a crianças reais, devendo ser criminalizados todos os comportamentos que possam pôr em perigo todo e qualquer menor.

- Não há nudez ou comportamentos sexuais por parte da Sweetie

A Sweetie não foi programada para se despir ou para ter qualquer tipo de comportamento sexual. Uma vez que não mostra qualquer nudez e não simula atividades sexuais explícitas, as condutas levadas a cabo pela Sweetie não podem ser integradas no crime de pornografia virtual de menores. Assim, quem interagir com a Sweetie não está a aceder ou mesmo a arquivar pornografia infantil.

Não obstante, a verdade é que, em muitos casos, os homens que contactaram com a Sweetie acabaram também por mostrar os seus órgãos genitais e, inclusivamente, praticaram atos sexuais em frente à webcam. Do nosso ponto de vista, estes comportamentos devem ser autonomizados e considerados para efeitos de uma eventual punibilidade.

## **5. Tentativa**

Depois de analisados os tipos legais que podem dar origem a uma criminalização do agressor no âmbito das conversas com a Sweetie e visto que não haverá na maioria dos casos um crime consumado, iremos abordar a questão da tentativa.

A consideração da norma penal como norma de valoração<sup>51</sup> está ligada à ideia de desvalor do resultado, enquanto “estado não desejado pelo direito”, valorando-se o mesmo de forma negativa<sup>52</sup>. A tentativa não será mais que um desvalor da ação que deriva do plano intencional do agente bem assim como um desvalor de resultado de perigo concreto dirigido a um bem jurídico dotado de dignidade penal. Estamos, assim, perante um tipo de perigo<sup>53</sup> que está previsto na parte geral do CP.

A tentativa representa uma forma especial da intervenção penal, uma vez que, aqui os propósitos criminosos não são inteiramente conseguidos. Segundo o atual CP, no artigo 22.º n.º1, há tentativa quando o agente praticar atos de execução de um crime que decidiu cometer,

---

<sup>51</sup> Contrariamente: (José Carlos González Mateos . In AFDUE. No 18, 2000, p. 189 e 190); (Dias, 2007, p. 266); (Kaufmann, 1997, p. 68); (Roxin, 1997 p. 323); Roxin entende que o juízo de desvalor se encontra na realização antijurídica do tipo.

<sup>52</sup> Herrera, 1999, p. 36.

<sup>53</sup> Segundo Teresa Quintela de Brito: “o perigo concreto não seria necessariamente algo de real, de objetivamente existente, um estado de coisas em que é provável a produção de um evento danoso. Mas uma situação em que, considerando o plano do agente à luz das regras da experiência comum (eventualmente ampliadas pelas inerentes a um certo setor do saber), existe uma aparente “insegurança existencial” para o bem jurídico, na medida em que a sua não lesão apenas parece evitável por um acaso ou por contra-medidas excepcionais do agente ou de terceiros.” Cfr. (Brito, 2010, p. 169).

*sem que este chegue a consumir-se.* Desde o CP de 1852 que a punibilidade dos atos preparatórios<sup>54</sup> se encontra prevista no nosso sistema jurídico-penal.<sup>55</sup>

Na tentativa, os elementos subjetivos do facto criminoso encontram-se preenchidos, mas a consumação delitiva não chega a ocorrer, pelo que também não se realiza a lesão do correspondente bem jurídico, que quanto muito foi posto em perigo pela atuação do agente.

Esta ideia delitiva surge na pessoa e a partir daí até à consumação vai percorrer uma trajetória, o chamado *iter criminis*, em que se distinguem diversas etapas. A primeira, chamada fase interna (ou segundo os escolásticos a fase da tentação), que provem de um estágio interior de cogitação, ou seja, a decisão de cometer o crime, durante o qual o autor idealiza o seu plano - este é um estágio que não deve ser punível com base na célebre afirmação de ULPIANUS: “*cogitationis poenam nemo patitur*”. Depois da *nuda cogitatio* segue-se a fase preparatória, em que são realizados atos preparatórios, ou seja, dá-se início ao seguimento da decisão do agente acerca da consumação do crime. Após a cogitação e a preparação, vem a execução, *stricto sensu*, em que o agente inicia a materialização da sua vontade numa ação externa, com o objetivo de efetuar a consumação. Por fim, há a consumação, quando todas as características típicas se encontram preenchidas.<sup>56</sup>

O nosso sistema penal consagra a “teoria da impressão de perigo”<sup>57</sup>, trata-se de uma teoria subjetivo-objetiva. Esta teoria introduziu a ideia da dignidade penal do facto tentado, a punibilidade da tentativa fundamenta-se, assim, no abalo na confiança da comunidade na força vinculativa da norma jurídica, de forma a frustrar as suas expectativas de segurança e de paz jurídicas. O nosso CP por um lado prevê uma atenuação especial obrigatória do crime tentado (cfr. n.º 2 do art. 23.º) e por outro lado pune a tentativa impossível quando, segundo um juízo necessariamente *ex ante*, de prognose póstuma, existir um bem jurídico em perigo e o meio usado pelo agente for apto para o atingir (cfr. n.º 3 do art. 23.º à *contrário*).

## 5.1 Tentativa possível e a tentativa impossível

De um ponto de vista *ex post*, todas as tentativas acabam por ser impossíveis, uma vez que nunca há a consumação do facto. Contudo, tanto a nível do circunstancialismo como da

---

<sup>54</sup> O CP de 1886, refere no seu art. 14º que, “*são atos preparatórios os atos externos conducentes a facilitar ou preparar a execução do crime, que não constituem ainda o começo da execução*”. In *Código Penal Português, nova publicação oficial ordenada por: Decreto de 16 de Setembro de 1886*. (...).

<sup>55</sup> A distinção entre atos preparatórios e atos de execução surgiu da ciência medieval italiana, que distinguiu o *conatus proximus* e o *conatus remotus* em função da maior ou menor proximidade relativamente ao resultado final. Cfr. Devesa, *Derecho penal español*, PG, 1992, p. 783.

<sup>56</sup> Mantovani, 2007, p. 218 a 220.

<sup>57</sup> Albuquerque, 2010, p.183 e ss.

perigosidade as tentativas divergem, originando deste modo a classificação de tentativa possível e tentativa impossível.

As tentativas possíveis mostram-se mais idóneas a produzirem o resultado, apresentando mais perigosidade. As tentativas possíveis dividem-se em tentativas acabadas ou delitos tentados e tentativas inacabadas ou delitos frustrados<sup>58</sup>. Esta distinção tem relevância para a desistência<sup>59</sup>: na tentativa acabada, o agente pratica todos os atos de execução que seriam indispensáveis à consumação, contudo essa consumação não se verifica, segundo a perspectiva objetivista, o agente iniciou o processo causal, ou na perspectiva subjetivista, o agente exerceu todos os esforços para que o resultado típico se desse. Na tentativa inacabada o agente não chega a praticar todos os atos de execução necessários para que exista consumação. O legislador não previu a distinção entre tentativa acabada e inacabada, devido aos diferentes graus de 'possibilidade' e devido aos requisitos em matéria de desistência da tentativa. Assim sendo, ambas são submetidas à mesma moldura penal.<sup>60</sup>

Por sua vez, a tentativa impossível mostra-se inidónea a produzir o resultado, apresentando um menor grau de perigosidade.

A idoneidade de produzir o resultado deve ser avaliada sob a perspectiva de um homem médio, com base num juízo ex ante de prognose póstuma, de um “juízo de exterioridade”<sup>61</sup>.

As tentativas possíveis acabadas e inacabadas só são puníveis nos casos em que seja aplicável ao respetivo crime pena superior a 3 anos (cfr. art. 23º nº1 do CP). Nos crimes com pena inferior a 3 anos, a tentativa pode ser excepcionalmente punida se tal estiver expressamente previsto na lei. Exemplo disso, tal como referimos anteriormente, são os crimes contra a autodeterminação sexual.

A tentativa impossível é igualmente punida, desde que preenchendo os requisitos aplicáveis à tentativa possível (se o crime consumado for punido com pena superior a três anos, a tentativa é punível com pena aplicável ao crime consumado, mas com especial atenuação) e, para além destes, se preenchido o requisito do art. 23º nº 3 do Cp, nos termos do qual não pode ser manifesta a inaptidão do meio empregado pelo agente ou a inexistência do objeto.

O sistema penal consagra a “teoria da impressão do perigo” como fundamento da punição da tentativa, em que se pune não só a vontade criminosa ou o perigo real da

---

<sup>58</sup> A doutrina germânica distingue a tentativa possível acabada da tentativa possível inacabada, enquanto que a doutrina latina opta pela terminologia delito tentado e delito frustrado.

<sup>59</sup> Pinto, 1992, p. 222 e ss.

<sup>60</sup> Dias, 2007, p. 710.

<sup>61</sup> Costa, 1983, p. 164.



consumação do crime, mas acima de tudo pune-se o “abalo na confiança da comunidade na força vinculativa da norma”.<sup>62</sup>

## 5.2 Tentativa Impossível

### 5.2.1 Tentativa impossível por idoneidade do meio e por inexistência do objeto

A tentativa impossível por inexistência (ou ausência) do objeto foi uma criação da dogmática alemã, no início do século XX. A tentativa impossível por inexistência do objeto, *latu sensu*, traduz-se numa representação errónea acerca das circunstâncias do fato por parte do agente, existindo uma vontade solidificada no sentido de cometer o crime. Tem lugar, todavia, um erro na representação do sujeito, erro esse que nada tem a ver com o regime jurídico-penal do erro sobre as circunstâncias do facto do artigo 16.º do CP.

Exemplo de uma tentativa impossível por inexistência de objeto será o caso de um mineiro que furta um cristal de quartzo pensando que se trataria de um diamante.

O Código Penal português de 1852 não fazia referência à figura da tentativa impossível por ausência do objeto, uma vez que esta figura apenas nasceu nos anos 30 do séc. XX. Não obstante, a tentativa estava tipificada no seu art. 6º<sup>63</sup>, segundo este diploma a tentativa só poderia ser punível “*quando a execução começada fosse suspensa por efeito de circunstância independente da vontade do criminoso*”<sup>64</sup>.

A revisão do CP de 1886 automatizou a figura do ‘crime frustrado’<sup>65</sup>, passando, assim, a ser punível não só o crime consumado, como também a tentativa e o crime frustrado<sup>66</sup>.

Por influência da jurisprudência alemã, Eduardo Correia no seu projeto da parte geral do Código Penal, passou a fazer referência à tentativa impossível e inidónea. No art. 26º do projeto referido consta que “*a tentativa é punível na moldura penal correspondente ao respetivo crime consumado. A pena, porém, poderá ser especialmente atenuada, nos termos*

---

<sup>62</sup> Albuquerque, 2010, p. 132.

<sup>63</sup> Código Penal, ordenado por: *Decreto de 10 de Dezembro de 1852*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1855. O art. 6º considerava a tentativa como “*um ato exterior e voluntário, que constitui começo e execução do crime*” foi influenciado pelo art. 2º do Código Penal Francês de 1810. Neste sentido: (Oliveira, 1991, p. 22).

<sup>64</sup> Art. 7º do código penal, ordenado por decreto de 1852.

<sup>65</sup> De acordo com o art. 10º do Cp de 1852, com a revisão de 1886, o crime frustrado caracterizava-se por uma prática intencional de “*de todos os atos de execução que deveriam produzir como resultado o crime consumado, e, todavia, não o produzem por circunstâncias independentes da sua vontade*”.

<sup>66</sup> Vide, art. 8º do CP de 1852, com a revisão de 1886.

dos art. 87º e 88º.”<sup>67</sup>. Eduardo Correia propôs, ainda, no seu art. 22º que “a inidoneidade do meio ou a carência de objeto só afastam a tentativa quando sejam aparentes”.

Na primeira revisão ministerial, foi alterado o projeto de Eduardo Correia, constando que a tentativa só será punível aos crimes cuja pena seja superior a dois anos de prisão<sup>68</sup>. Quanto à punibilidade da tentativa impossível, quer por inidoneidade do meio ou a carência de objeto, foi aceite desde que essa inidoneidade do meio ou a carência de objeto não seja manifesta.<sup>69</sup>

### **5.2.2 Tentativa impossível e tentativa irreal**

As tentativas irrealis são qualificadas como absolutamente impossíveis ou crime impossível. Este tipo de tentativa era punido na idade média, no âmbito do direito penal da vontade. Atualmente, são caracterizadas pela esmagadora maioria da dogmática como uma representação grosseira da realidade não detendo qualquer perigosidade para um bem jurídico (v.g. tentativa de tráfico de estupefacientes com farinha; tentativa de furto por pensamento; tentativa de ofensa à integridade física por embruxamento)<sup>70</sup>. Não representando perigosidade para qualquer bem jurídico, à luz da teoria da impressão e do direito penal centrado na ofensividade, estas condutas não têm relevância penal, não sendo, com base nesse entendimento, punidas.

### **5.2.3 Tentativa absolutamente impossível e tentativa relativamente impossível**

Segundo Santiago MIR PUIG “*entende-se por tentativa absolutamente inidónea aquela que não só é incapaz de produzir a consumação no caso concreto, como também em qualquer circunstância, enquanto que se considera relativamente inidónea a tentativa que em outras circunstâncias não teria sido inidónea*”<sup>71</sup>.

Nesta senda, trata-se de uma tentativa impossível absoluta quando a ação do agente não colocar em perigo qualquer bem jurídico concreto, tendo como critério a

---

<sup>67</sup> Correia, 1963, p. 14.

<sup>68</sup> *Projecto de Código Penal: parte geral: 1ª revisão ministerial*. Separata de Boletim do Ministério da Justiça, nº 157. Lisboa, 1966. No art. 28º daquela revisão pode ler-se que, “salvos os casos especiais previstos na lei, a tentativa só é punível se aos crimes corresponder pena superior a dois anos de prisão”.

<sup>69</sup> *Idem, Ibidem*. Pode ler-se no art. 27º da referida revisão ministerial que, “A inapidão do meio empregado pelo agente ou a carência do objecto essencial à consumação do crime não exclui a tentativa excepto quando uma ou outra for manifesta”.

<sup>70</sup> GUIRAO, 2013, p. 38.

<sup>71</sup> In. RECPC, No 3, 2001.

normalidade de circunstâncias e a especificidade do caso concreto (v.g. tentativa impossível de homicídio de cadáver; tentativa impossível de homicídio por embruxamento).

Quando a ação do agente possa ser considerada perigosa para um bem jurídico concreto, todavia, em razão da especificidade do caso concreto não se pode considerar qualquer perigosidade.

A distinção entre tentativa absolutamente impossível e relativamente impossível é relevante a nível da punibilidade, uma vez que as primeiras na maioria dos ordenamentos jurídicos, incluindo o nosso, não é punível enquanto que as segundas já são puníveis.

### **5.3 Punibilidade da tentativa no programa Sweetie**

Para que se possa aplicar a figura da tentativa no programa Sweetie temos que questionar se a interação com a Sweetie é considerada uma tentativa absolutamente impossível ou se integra antes numa tentativa relativamente impossível.

Como supra referido, se considerarmos que a interação com a Sweetie se consubstancia numa tentativa absolutamente impossível, a conduta do agente não será punida, ao passo que se entendermos que se consubstancia numa tentativa relativamente impossível, o agente será punido por um crime na forma tentada.

Atendendo a que a Sweetie é uma pessoa virtual não dotada de bens jurídicos a tutelar, que foi programada para não se despir nem realizar qualquer atividade sexual, poder-se-ia entender que estamos perante uma tentativa absolutamente impossível, não integrável no crime de pornografia infantil virtual nem em qualquer outro, não se considerando crime a realização de atividades sexuais com uma pessoa virtual, ainda que o seu autor estivesse convicto de estar na presença de uma pessoa real.

Em contrapartida, se partirmos do pressuposto que o agente quer praticar actos de cariz sexual através da webcam com um menor e utiliza uma sala de chat pública com esse propósito, procurando contactar para tal vários menores, conseguindo-o com a Sweetie (pessoa virtual), podemos entender que estamos perante uma tentativa relativamente impossível, na medida em que relevante é a intenção do agente, ou seja, a circunstância de ele procurar contactar por aquela via um menor para satisfazer desse modo os seus intentos libidinosos, independentemente de saber que está na presença de um menor real ou virtual.

## **6. Sweetie como um método de investigação**

Conforme já referimos, a Sweetie é uma ferramenta de inteligência artificial desenvolvida para possibilitar o trabalho dos órgãos de polícia criminal nas operações online. Sweetie, como uma agente de inteligência artificial, opera em sistemas online públicos sem intervenção humana direta, detendo, deste modo, uma certa autonomia. Para além destas funcionalidades, a personagem virtual tem por finalidade atrair potenciais agressores, sendo capaz de interagir com o suspeito e registrar e armazenar as suas interações, bem como informações disponíveis sobre o infrator, como, por exemplo, seu endereço IP.

O programa Sweetie poderá, assim, ser uma nova e potencial técnica de investigação, que, há falta de exemplos semelhantes, será caracterizado como uma ferramenta de investigação “híbrida”, uma vez que, conjuga os agentes disfarçados que interagem com os suspeitos dentro de uma organização criminosa através do uso de uma identidade falsa, com escutas telefónicas e meios tecnológicos capazes de armazenar os dados obtidos.

## **7. Proibição de Prova**

Segundo Figueiredo Dias “o princípio da presunção de inocência, ligado agora diretamente ao princípio (...) da preservação da dignidade pessoal, conduz a que a utilização do arguido como meio de prova seja sempre limitada pelo integral respeito pela decisão da vontade”.<sup>72</sup> A prova que é obtida durante uma investigação deve resultar da escolha livre e autónoma do arguido, sem qualquer manipulação física ou no processo psíquico de predileção daquela escolha.

A proliferação dos crimes informáticos e o desenvolvimento da criminalidade organizada, tem levado a que os estados legitimem algumas técnicas de prevenção e de investigação ocultas<sup>73</sup>.

Em Portugal, segundo o artigo 126º nº2 alínea a) do CPP, são métodos proibidos de prova aqueles que, mesmo com consentimento, perturbem a liberdade de vontade de decisão. Intrínseco ao regime e conceito das proibições de prova estão os limites inultrapassáveis à descoberta da verdade e à perseguição penal, designadamente os direitos do indivíduo. O agente provocador, aquele que instiga a prática do crime, está inserido neste preceito legal.

Roxin entende que o provocado mantém a liberdade decisão quanto à prática do facto, não estando a sua autonomia lesada. Para este autor, o agente provocador não será admissível

---

<sup>72</sup> Sousa, 2003, p. 1217.

<sup>73</sup> Sousa, 2003, p. 1207 a 1235.

quando dirigido contra insuspeito, por entender existir violação do princípio da proporcionalidade, estando o provocado protegido de uma causa de exclusão da pena.<sup>74</sup>

### 7.1 Agente Provocador e o Agente Infiltrado

O agente provocador<sup>75</sup> integra-se na noção geral de «*homens de confiança*». Ele atua para fazer nascer o crime e o criminoso. O seu comportamento incorpora uma atividade instigadora que visa capturar o suspeito e, nesta medida, reunir o conjunto de provas que o incriminem. O agente provocador desemboca o crime que ele próprio se comprometeu a combater e que é a finalidade principal de toda a investigação criminal.<sup>76</sup>

A doutrina e a jurisprudência inserem o agente provocador nos métodos proibidos de prova, *sub specie* meios enganosos, inaceitável no nosso ordenamento processual penal e constitucional.

Tem-se entendido que a atuação de um agente provocador obsta a uma autó-determinação e vontade autónoma do suspeito à prática do crime, sendo ele vítima de uma situação desvantajosa. Neste sentido, o Tribunal Europeu do Direitos do Homem, já se pronunciou através do art. 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que apresenta como epígrafe «Direito a um processo equitativo», direito este que passa, inclusivamente, pela regularidade quanto aos meios de aquisição e administração das provas.

Contrariamente, o agente infiltrado não incita qualquer resolução criminosa.

Glaser foi quem, primeiramente, se ocupou desta figura jurídica, definindo agente provocador como «aquele instigador que determina outrem à perpetuação de um crime apenas porque quer que este seja acusado e punido».<sup>77</sup>

O agente infiltrado atua sobre as diretrizes da Polícia Judiciária, infiltrando-se numa organização criminosa, ocultando a sua identidade, com o propósito de descobrir e fazer punir o criminoso. O agente infiltrado atua com o objetivo primordial de prevenção e repressão do crime, não determinando a prática do crime sob pena de a sua atividade ser «formativa» do crime ao invés de «informativa». A atuação do agente infiltrado só é lícita quando a «atividade criminosa estiver já em curso»<sup>78</sup>.

---

<sup>74</sup> ROXIN, 1998, p. 63 e ss.

<sup>75</sup> AA. VV., 2001, p. 303 e ss.

<sup>76</sup> ANDRADE, 2006, p. 231.

<sup>77</sup> Cfr. MEIREIS, 1999, p. 20.

<sup>78</sup> AA. VV., 2001, p. 303 e ss.

## 7.2 Ações encobertas

Existe uma tendência global de não distinguir as ações encobertas em ambiente físico das ações encobertas em ambiente digital.<sup>79</sup> A ação encoberta em ambiente digital é entendida como uma modalidade da ação encoberta, na medida em que há “a ocultação ativa ou passiva da verdadeira identidade do agente, acompanhada da interação com terceiros através d uma identidade fictícia, tendencialmente destinada a conquistar a sua confiança para mais facilmente recolher prova”.<sup>80</sup>

É a prevenção<sup>81</sup> que legitima o recurso ao “agente encoberto”, tem de existir proporcionalidade (art. 18.º, n.º2 da CRP) entre o grau de lesão provocado nos direitos do arguido, nomeadamente o direito a um processo justo e equitativo, e a tutela da segurança e reafirmação do Direito.

Segundo Henrique Gaspar “[e]stá-se em domínios em que os interesses que se entrecruzam são de tal ordem e os meios de que os criminosos dispõem, tantos e tão sofisticados, que a sociedade quase que se sente impotente para dar combate a tal criminalidade. E, por isso, aceita-se aqui alguma excecionalidade no modo de obter as provas”.

O “agente encoberto” oculta a sua identidade, infiltra-se de forma ativa ou passiva,<sup>82</sup>e, depois de integrado no meio criminoso recolhe a prova que conduzirá à responsabilização criminal, podendo mesmo prevenir outros ilícitos.

É precisamente esta a principal finalidade do programa Sweetie, podendo-se integrar assim as ações do programa Sweetie no domínio das ações encobertas, na medida em que a Sweetie interage em privado ou em público diretamente com agentes da polícia criminal podem atuar sob identidade fictícia, atribuída por despacho do Ministro da Justiça, mediante proposta do diretor nacional da Policia Judiciária,.

De igual forma, admite a Lei do Cibercrime, no seu artigo 19.º, o recurso, no decurso do inquérito, às ações encobertas nos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual nos casos em que os ofendidos sejam menores ou incapazes.

Transpondo o acima referido ao programa Sweetie, poder-se-á concluir que a versão 1.0, porque, como referimos, existe por trás um agente *real* a efetivar as conversações, pode ser sujeita ao mesmo regime jurídico das ações encobertas, desde que o agente pertença a um

---

<sup>79</sup> Cf. United States v. Charbonneau.

<sup>80</sup> RAMALHO, 2017, p. 284.

<sup>81</sup> PEREIRA, 2004, p. 24.

<sup>82</sup> O agente infiltra-se de forma ativa quando tenta ganhar a confiança dos suspeitos, existindo uma infiltração mais profunda. Cfr. (RAMALHO, 2017, p. 292).

órgão de polícia criminal, desde que tenha um papel passivo nas conversações efetuadas com os suspeitos e desde que respeitado o princípio da proporcionalidade.

O programa Sweetie 2.0 também poderá ser utilizado, desde que seja programado para reagir e não para agir, ou seja, em momento algum deve ser a Sweetie a iniciar conversas ou a propor qualquer ato criminalmente punível.

Já não será viável o programa ser utilizado de forma discricionária por um particular, mesmo que bem-intencionado, devendo ter-se, neste caso, a prova incriminatória obtida como proibida e inutilizável em processo penal nos termos dos artigos 32.º n.º8 da CRP e 126.º, n.º1 do CPP. Quer isto dizer que organizações como a TdH não poderão utilizar o programa de forma discricionária e arbitrária, a revelia de qualquer regulamentação jurídica que lhe dê suporte.

## **8. Sentenças proferidas no âmbito do programa Sweetie**

No âmbito do programa Sweetie foram identificados três portugueses, mas a nenhum deles foi aberto inquérito. Segundo o Departamento Central de Investigação e Ação Penal<sup>83</sup>, não chegou nenhuma denúncia formal ao Ministério Público relacionada com o caso em apreço.

### **8.1 Brisbane District Court – Scott Robert Hansen**

A primeira condenação no âmbito do programa Sweetie foi de um homem australiano. Scott Hansen declarou-se culpado de três acusações no Brisbane District Court. Hansen admitiu ter enviado imagens obscenas dele para a menina virtual (Sweetie), ter imagens de abuso sexual de crianças no computador e de não ter cumprido a ordem restrição por um crime de ofensa sexual a que estava obrigado noutro caso.

O australiano tinha um historial de crimes contra menores, em 1995, já tinha sido condenado por exposição voluntária a raparigas que vinham no autocarro da escola, pondo-se nu em frente à janela do autocarro. Voltou a ser condenado em 1999, por se exhibir repetidamente a raparigas de 11 a 14 anos de idade. Em 2008, foram encontradas mais de 20.000 imagens e vídeos de pornografia infantil tendo ficado sob fiança. Contudo em 2009, quando ainda estava sob fiança voltou a exhibir-se e tentou sequestrar uma rapariga de 8 anos que no seu caminho para casa depois de ter saído da escola, sendo condenado a 18 meses de prisão. O seu comportamento concernente aos abusos feitos a menores foi piorando, em 2011

---

<sup>83</sup> <https://www.publico.pt/2014/10/22/tecnologia/noticia/primeira-condenacao-no-caso-sweetie-a-crianca-virtual-abordada-por-predadores-sexuais-1673760>

aproximou-se nu de três irmãos menores e tentou sequestrar uma rapariga de 8 anos, agarrando-lhe na perna.

Depois de ter sido apanhado pela décima vez, foi condenado em 2012 na pena de prisão durante 9 meses.

No âmbito do programa Sweetie, Hansen acreditava estar a falar com uma menina real com 9 anos, tendo começado por perguntar se ela tinha mesmo 9 anos, depois de ela ter respondido afirmativamente ele tentou logo estabelecer contacto via webcam, sendo sempre muito direto. Scott Hansen chegou mesmo a ficar nu e a masturbar-se em frente à câmara tendo inclusivamente pedido para envolver a irmã fictícia de Sweetie de 8 anos nesta conversação. A ONG gravou as conversações e o as imagens obtidas através da webcam efetuadas entre a Sweetie e Scott Hansen, tendo sido posteriormente entregues às autoridades australianas.

A juiz Ryrie entendeu que o facto de Scott Hansen acreditar que Sweetie era uma criança real era o suficiente para a lei condenando-o a dois anos de prisão “suspensa”, mas já tinha cumprido 260 dias em prisão preventiva. Foi sujeito a uma ordem de correção intensiva durante doze meses e a um programa obrigatório de tratamento de agressores sexuais.

## **8.2 Bélgica**

Um cidadão belga, com 22 anos, foi condenado por um crime de sexo com crianças através de uma webcam.

## **8.3 Dinamarca**

Um antigo polícia foi condenado a 6 dias de prisão. O dinamarquês já tinha sido condenado por um crime de abuso anteriormente. Após 30 anos de trabalhar como polícia foi preso por um crime de abuso tendo perdido no âmbito desta condenação o seu trabalho como polícia.

Através do programa Sweetie foram descobertos nove dinamarqueses e dois deles já foram condenados.

## **8.4 Inglaterra**

Um professor primário foi condenado a dois anos de prisão suspensa por um crime de abuso sexual online e a um tratamento obrigatório para abusadores de menores. A ONG, TdH, não tem conhecimento de que hajam alunos envolvidos nos abusos.



Um homem foi condenado a 28 meses de prisão no Reino Unido e recorreu da sentença. No Reino Unido existiram seis condenações que tiver por base o programa Sweetie.

## **8.5 Holanda**

O programa Sweetie identificou na Holanda 20 abusadores sexuais de menores, tendo entregue todos os dados obtidos à Europol que transmitiu à polícia holandesa. Um dos identificados foi detido por posse de pornografia infantil, crime pelo qual veio a ser condenado.

## **9. Ac. STJ n.º 1287/08.6JDLSB.L1.S1**

No ac. em apreço o arguido Inácio de 52 anos, desde o ano de 2008, acedia a chats da internet com o objetivo de retirar contactos de raparigas para proceder a conversações diretas com as mesmas.

O arguido procedeu a conversações com várias menores, sendo que BB de treze anos e CC de quinze anos foram concretamente identificadas.

BB estabeleceu contato via MSN no ano de 2007 com um individuo que se identificou com um nome que não conseguiram apurar. Durante os contatos estabelecidos entre o ano de 2007 e 2008, BB enviou ao individuo, a pedido deste, fotos suas em roupa interior. O individuo apesar de nunca ter enviados fotos suas, despia-se e masturbava-se em frente à webcam, nunca mostrando o seu rosto, enquanto BB via estes atos em sua casa. Este individuo disse que ia pôr BB em contacto com um suposto tio, ao que esta lhe facultou o seu n.º de telemóvel, passando assim, a ofendida BB a entrar em contato com o arguido Inácio.

BB sempre mencionou que tinha treze anos de idade, nunca conheceu pessoalmente o individuo nem o arguido, apenas conhecendo o arguido pelo seu nickname “PAX”. O arguido manteve conversas com BB de forma amável, com o objetivo de estabelecer um vínculo de confiança com BB.

O arguido teve sempre em vista, obter fotografias da menor em poses a sugerir a prática de atos sexuais, pedindo, inclusivamente que a menor lhe enviasse um vídeo a masturbar-se ou a tomar banho prometendo-lhe carregar o telemóvel com €20.

O arguido gravou e guardou todas as fotografias de BB numa pendrive.

Depois de diversas tentativas falhadas de marcação de um encontro, o arguido começou a ameaçar BB que iria divulgar as suas fotografias via Internet, forçando-a tocar-se em frente à Webcam de forma a ele conseguir observá-la e a enviar mais fotografias nos mesmo moldes.

Obrigou-a, ainda, a marcar um encontro, no dia 09 de setembro de 2008, em Lisboa, para manter com ela relações de natureza sexual. Encontro esse que não se chegou a realizar devido à intervenção policial.

Aquando da busca domiciliaria, foi encontrado em seu poder vídeos e fotos de menores de natureza sexual, nomeadamente das menores BB e CC.

Também no ano de 2007 e 2008, o arguido iniciou conversas com a, à data, menor, CC via internet, fazendo-se passar por “Sílvia”.

“Sílvia” falou a CC de um indivíduo com quem se relacionava sexualmente a troco de dinheiro, dizendo que iria dar o endereço eletrónico de CC ao aludido indivíduo.

O arguido começou a falar com CC, tendo numa dessas conversas a menor mencionado que necessitava de €70, ao que o arguido prontificou-se a dar-lhe esse dinheiro exigindo-lhe em troca a prática de relações sexuais, ao que a ofendida negou.

Mesmo perante a recusa, o arguido dirigiu-se até Portimão, cidade que a ofendida vivia, com o pretexto único de lhe entregar os €70 euros. O encontro deu-se em agosto de 2008, a menor entrou no carro do arguido tendo este apalpado contra a vontade da menor os seus seios, vagina e região anal. CC tentou, repetidamente, afastar o arguido de si, tendo este dito “*não vim cá para nada*”, exigindo-lhe que a ofendida lhe fizesse sexo oral. O arguido entregou o dinheiro à menor e, ainda dentro do carro, tirou-lhe diversas fotografias determinando as posições em que esta deveria estar.

Posteriormente o arguido tentou novo encontro, ameaçando divulgar as fotografias por ele tiradas, ao que CC recusou. Perante esta recusa, o arguido pediu a restituição do seu dinheiro, tendo a menor carregado o telemóvel deste na quantia devida.

No dia 26.11.2008 o arguido dirigiu-se a uma loja para aceder a um computador, onde navegou em sítios de pornografia infantil disponíveis na internet e acedeu ao MSN e a outros chats de conversações, onde se identificava como um jovem e mantinha conversas de cariz sexual com menores.

*“O arguido é casado, tem dois filhos e gosta de manter relações sexuais com raparigas entre os 12 e os 16 anos de idade.”*

Na 1.<sup>a</sup> instância o arguido foi condenado nas seguintes penas:

- pela prática de um crime de abuso sexual de criança, previsto e punido pelo art. 171.º, n.º 3, al.b), do CP, na pena de 2 anos de prisão;
- pela prática de um crime de abuso sexual de adolescente, previsto e punido pelo art. 173.º, n.º2, do CP, na pena de 2 anos de prisão;
- pela prática de dois crimes de coação agravada, na forma tentada, previsto e punido

pelos arts. 154.º, n.º1, e 155.º, n.º 1, al. b), 22.º, 23.º e 73.º, do CP, nas penas de 1 ano de prisão e de 10 meses de prisão;

-pela prática de um crime de pornografia de menores agravado, previsto e punido pelos arts. 176.º, n.º1, al.b), e 177.º, n.º 6, do CP, na pena de 3 anos de prisão.

Em cúmulo jurídico, foi condenado na pena única de cinco anos e seis meses de prisão.

Já o STJ admitindo que as novas tecnologias de comunicação são propícias ao cometimento de crimes deste tipo, nomeadamente através do anonimato ou da falsificação de identidade proporcionados pela Internet. Contudo, entende que estabelecendo um contraste com o contacto físico, o diálogo entre os intervenientes nestes espaços advém de “uma voluntariedade de adesão”, pelo menos num primeiro momento.

O STJ entendeu adequada a pena conjunta de cinco anos de prisão, cuja execução se suspende pelo mesmo período, sob a condição de o mesmo se submeter a acompanhamento.

### **9.1. Análise crítica ao ac. STJ n.º 1287/08.6JDLSB.L1.S1**

São raros os casos que chegam aos tribunais de crimes de abuso sexual através da Internet, sendo este acórdão dos únicos a retratar esta matéria merecendo, deste modo, a nossa referência.

O tribunal de primeira instância entendeu que o arguido cometeu um crime de abuso sexual de criança, na forma tentada, mesmo não tendo existido qualquer contacto físico, ou mesmo pessoal, tendo-se tudo passado, maioritariamente, no domínio do “mundo virtual” da Internet. A nosso entender, dado o teor das conversas e o histórico pessoal do arguido, a sua condenação pela prática de um crime de abuso sexual, na forma tentada, não merce qualquer censura. Da leitura do acórdão do STJ resulta que esta instância não tem o mesmo entendimento sobre esta qualificação jurídica, não se alargando, no entanto, sobre este aspecto por haver irrecorribilidade da decisão nesta matéria.

O STJ entendeu que a forma como se consumaram parte dos crimes de que o arguido vinha acusado não afetaram de uma forma absoluta os direitos dos menores a um são e natural crescimento sexual, nomeadamente o seu direito à inocência.

Não sufragamos tal entendimento, desde logo em face a todas as circunstâncias que relatamos anteriormente, nomeadamente a todos os espetáculos sexuais que o arguido praticou em frente à webcam e aos abusos sexuais que praticou com a menor CC.

Entendimento diferente temos também sobre a questão do consentimento do menor. O

STJ entende que há num primeiro momento uma adesão voluntária nas comunicações realizadas através da Internet, dada a instrumentalização deste espaço e o contraste com o contato físico. É inquestionável que o contacto pessoal não é o mesmo que o contacto virtual. Não obstante, não podemos esquecer que, no caso, as menores julgaram estar a contactar com outra pessoa que não o arguido, não se podendo afirmar que aceitariam iniciar e/ou manter esse mesmo contacto caso soubessem a verdadeira identidade da pessoa do outro lado, muito menos que aderiram voluntaria ou involuntariamente a diálogos de natureza sexual.

Em face dos bens jurídicos que estão em causa e que importa tutelar, somos a entender que não deve ser feita, neste particular, qualquer diferenciação entre o mundo real e o mundo virtual.

Por último, no que respeita à pena a que o arguido foi condenado, somos a entender que a suspensão da execução da pena de prisão pelo STJ não acautela as exigências de prevenção geral que no caso se fazem sentir. Não obstante o arguido ter um percurso profissional e pessoal *“caracterizado pela assunção dos compromissos inerentes à sua condição de subscritor do contrato social”*, afigura-se-nos que a sociedade exige do Estado um tratamento particular relativamente aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, especialmente quando praticados contra menores.

## **Conclusão**

Da abordagem efetuada ao programa Sweetie nas suas duas versões, foi-nos possível antever alguns problemas que, desde logo, se levantam, como seja a questão do tipo de crime em causa, da consumação do crime, da ausência de presença física da vítima e da violação efetiva de um bem jurídico, enfim de uma série de questões que podem pôr juridicamente em causa a utilização deste programa no nosso ordenamento jurídico.

As finalidades do nosso sistema jurídico-penal são essencialmente três: a realização da justiça e descoberta da verdade material; a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e o restabelecimento da paz jurídica comunitária posta em causa com a prática de um comportamento considerado crime.

Mas se a utilização do programa Sweetie implica, necessariamente, uma limitação da proteção dos direitos fundamentais, também é verdade que, a relação entre as várias finalidades do processo penal nem sempre é clara e pode suscitar alguns ajustamentos mediante a complexidade do caso concreto, sendo o princípio da proporcionalidade chamado para a resolução do conflito, por forma a se salvaguardar, no máximo possível, cada uma dessas finalidades.

É precisamente a partir do princípio da proporcionalidade que vamos concluir a nossa abordagem, fazendo duas perguntas:

Tendo em conta as especificidades da investigação de crimes cometidos a partir da internet, pode-se afirmar que a necessidade da realização da justiça e da descoberta da verdade material justifica a adoção de outros e específicos meios de obtenção de prova tendo em vista a eficácia ao combate a este tipo de criminalidade ainda que tal adoção signifique a restrição de direitos fundamentais que estão na base do Estado de Direito?

Partindo, ainda, do referido carácter específico das situações em apreço, deverá toda e qualquer atividade provocatória ser considerada nula ainda que resulte que o provocado sempre praticaria o delito criminal?

Neste particular, somos a entender que, como a sociedade está em permanente evolução, o direito, substantivo e processual, deve adaptar-se às novas realidades, acompanhando tal evolução.

Foi precisamente por causa do número muitíssimo reduzido de denúncias apresentadas contra este novo fenómeno, que é o Webcam Child Sex Tourism, em contraste com o número elevadíssimo de casos relacionados com tal fenómeno que a ONG TdH tomou a iniciativa de criar um programa inovador capaz de prevenir e consciencializar a comunidade

internacional, levando-se a julgamento agressores encontrados e identificados através da Sweetie.

No nosso entendimento, este programa poderá ser utilizado no nosso ordenamento jurídico desde que seja operacionado por um O.P.C., com definição de certas cautelas, como sejam a utilização de forma adequada e regrada e em estrito cumprimento do princípio da proporcionalidade. Já no que respeita ao seu uso por entidades particulares, somos a entender que as informações assim recolhidas apenas poderão servir para dar início a uma investigação a cargo das autoridades competentes, que depois, no âmbito do inquérito, encetarão as diligências de prova tidas por úteis e convenientes à investigação, não podendo ser utilizadas, no entanto, como elemento prova, porque, assim, obtidas estão feridas de nulidade.

“Há mais coragem em ser justo, parecendo ser injusto, do que  
ser injusto para salvaguardar as aparências da justiça”

Piero Calamandrei

## **Bibliografia**

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. Comentário do código Penal à Luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, 2.<sup>a</sup> Edição actualizada, Universidade Católica Editora, 2010.

ALFAIATE, Ana Rita - A Relevância Penal da Sexualidade dos Menores, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

ANDRADE, Manuel da Costa, *As Proibições de Prova em Processo Penal*, Coimbra Editora, 2006.

ANTUNES, Maria João e SANTOS, Cláudia in Comentário Conimbricense do Código Penal, Tomo I, Parte Especial, 2a Edição, Coimbra Editora, 2012.

BRITO, Teresa Quintela de. *A tentativa nos crimes comissivos por omissão: um problema de delimitação da conduta típica*. Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

CORREIA, Eduardo. *Código Penal: projecto da parte geral*. Separata de Boletim do Ministério da Justiça, nº127. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1963.

COSTA, Faria, Formas do crime, JDC 1983.

CUNHA, Conceição - *Crimes sexuais contra jovens e crianças*, Cuidar da Justiça de Crianças E Jovens, A função dos Juízes Socais, Actas do Encontro, Almedina, 2003.

DEVESA, Derecho penal español, PG, 1992.

DIAS, Jorge de Figueiredo (Direção). *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Parte Especial, Tomo II, Coimbra Editora, 1999.

DIAS, Jorge de Figueiredo – Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, A Doutrina Geral do Crime, Coimbra Editora, 2007.

GONÇALVES, Fernando/ ALVES, Manuel VALENTE/João, GUEDES/ Manuel, *Lei e Crime: O Agente Infiltrado Versus o Agente Provocador: Os Princípios do Processo Penal*, Almedina, 2001.

GUIRAO, Rafael Alcácer. *La tentativa inidónea: fundamentos de punición y configuración del injusto*. Barcelona, Marcial Pons, 2013.

HERRERA, Maria Rosa Moreno-Torres. *Tentativa del delito y delito irreal*. Tirant lo blanch: Valencia, 1999.

KAUFMANN, Aramin. *Teoría de las normas. Fundamentos de la dogmática penal moderna*. Editorial Depalma: Buenos Aires, 1977.

LOPES, José Mouraz – *Os Crimes Contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual no Código Penal*, 4a Edição, Coimbra Editora, 2008.

MANTOVANI, Ferrando. *Principi di diritto penale*. Seconda edizione. Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2007.

MATEOS, José Carlos González. *Esencia de la norma penal y antijuridicidad de la tentativa*. In AFDUE. N° 18, 2000.

MEIREIS, Manuel Augusto Alves, *O Regime das Provas Obtidas pelo Agente Provocador em Processo Penal*, Almedina, 1999.

MILLER-PERRIN, C. & Perrin, R., 1999, *Child Maltreatment: an Introduction*. Thousand Oaks: Sage,

OLIVEIRA, Filomena J. Marques de. *A tentativa inidónea no actual código penal: sua inserção na problemática da tentativa e também sua incidência como desvio ao Princípio da Legalidade*. Livraria Petrony, Lisboa, 1991.

PEREIRA, Rui, *O “agente encoberto” na ordem jurídica portuguesa*, em AVV., *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira*, Coimbra Editora, 2004, p. 24.

PIEDECASAS, José Ramón Serrano. *Fundamento de la punición en la tentativa*. In Livro de Homenage al Prof. Doctor Don Ángel Torío Lopez. Editorial Comares. Granada, 1999.



PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, *A relevância da desistência em situações de participação. Um Estudo sobre a validade e limites da solução consagrada no artigo 25.º do Código Penal de 1982*, Almedina, Coimbra, 1992.

*Projecto de Código Penal: parte geral: 1ª revisão ministerial*. Separata de Boletim do Ministério da Justiça, nº 157. Lisboa, 1966.

RAMALHO, David Silva, *Métodos Ocultos de Investigação Criminal em Ambiente Digital*, Almedina, 2017.

RODRIGUES, Ana Paula – Pornografia de menores: novos desafios na investigação e recolha de prova digital in Revista do CEJ nº15, 2011.

ROXIN, Claus. *Derecho Penal: parte genral, tomo I: fundamentos: la estructura de la teoria del delito*. Editorial Civitas, Madrid, 1997.

ROXIN, Claus, *Strafverfahrensrecht*, 25. Auflage, München: Verlag C. H. Beck, 1998.

SOUSA, Susana Aires, *Agent Provocateur e Meios Enganosos de Prova*, in Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias, 2003, Coimbra Editora.

### ***Internet:***

[https://digitalcommons.cedarville.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1131&context=research\\_scholarship\\_symposium](https://digitalcommons.cedarville.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1131&context=research_scholarship_symposium)

<https://tracksinspector.com/blog/ti-software-sweetie-2-0.html>

<https://uitspraken.rechtspraak.nl/inziendocument?id=ECLI:NL:HR:2004:AQ0950>

[http://www.lawphil.net/statutes/repacts/ra2012/ra\\_10175\\_2012.html](http://www.lawphil.net/statutes/repacts/ra2012/ra_10175_2012.html)

<https://www.publico.pt/2014/10/22/tecnologia/noticia/primeira-condenacao-no-caso-sweetie-a-crianca-virtual-abordada-por-predadores-sexuais-1673760>

<http://www.seg-social.pt/documents/10152/5c1eda42-32b8-4ced-ad02-a936a6f143ec>

<https://www.terredeshommes.nl/en/themes-overview/sexual-exploitation>

[https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo\\_facultativo\\_venda\\_de\\_crianças.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_venda_de_crianças.pdf)

### ***Jurisprudência:***

Ac. TRC de 02-04-2014

Ac.do TRC, de 2/2/2011, com o Juiz Relator Belmiro Andrade

Ac. do TRG, de 2/2/2009, com o Juiz Relator Teresa Baltazar

Ac. STJ de 12-11-2014 Relator Santos Cabral

*Aschcroft v. Free Speech Coalition*

R. v. Sharpe

R. V Alicandro

United States v. Charbonneau